



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco K - Brasília/DF, CEP: 70610-200
Telefone: (61)3214-0268

PROJETO BÁSICO Nº 93/ 2022 - CODEGEP

1. **OBJETO**

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de capacitação para aquisição de 07 (sete) vagas no curso "**Processamento de Imagens com o Agisoft Metashape**", a ser realizado no período de **28 a 29 de novembro de 2022**, na modalidade presencial, na cidade de Belém-PA.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR
01	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de capacitação para aquisição de 07 (sete) vagas no " Processamento de Imagens com o Agisoft Metashape ", a ser realizado no período de 28 a 29 de novembro de 2022 , na modalidade presencial, na cidade de Belém-PA.	17663	01	07	R\$ 2.500,00
	VALOR TOTAL	R\$ 17.500,00			

2.

3. **OBJETIVO**

3.1. A capacitação dos servidores está regulamentada no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal.

3.2. Cabe à Coordenação de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas - CODEGEP estabelecer as ações pertinentes à Capacitação dos Servidores e Militares do CENSIPAM, por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas, visando a atualização e a melhoria da eficiência do serviço público e o enriquecimento intelectual desses servidores no desempenho de suas atividades.

3.3. A contratação do curso "**Processamento de Imagens com o Agisoft Metashape**", visa atender as necessidades da Coordenação-Geral de Operações.

3.4. Sobre o assunto, informo que o curso ora demandado não é ofertado pela Escola Nacional de Administração Pública - (ENAP), no momento, (5673990), com a temática requerida.

3.5. Por intermédio do e-mail (5647360), o Coordenador confirma a necessidade da capacitação, fazendo juntar prospecto informativo, conforme documento em anexo (5687086).

3.6.

4. **ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

Evento de Capacitação	Curso: " Processamento de Imagens com o Agisoft Metashape "
Período	28 a 29 de novembro de 2022
Horários	modalidade presencial durante 2 (dois) dias - 8h00 às 17h00
Carga Horária	16 horas de aulas, distribuídas em 8 (oito) horas por dia.
Objetivo	Capacitar pessoas que desejam obter conhecimentos teóricos e práticos com drones utilizando o software Agisoft Metashape.
Público Alvo	O curso é direcionado para quem deseja realizar mapeamento aéreo com drones ou complementar a sua atividade com esta tecnologia de aquisição de informações.
Conteúdo	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecendo o Software Metashape • Configurações de Hardware • Apresentação dos dados a serem processados • Criando um novo projeto e importando as imagens • Avaliando a qualidade das imagens • Alinhamento de fotos • Otimização dos Câmeras • Análise da Acurácia dos dados pelo raltório de qualidade • Geração da nuvem de pontos densa colorida • Análise e classificação da nuvem de pontos • Edição manual da nuvem de pontos • Geração do modelo/malha TIN • Ferramentas de suavização da malha triangular • Geração da malha texturizada 3D • Geração do modelo digital do terreno - MDT • Geração do Ortomosaico Verdadeiro • Ferramentas de edição do Ortomosaico • Extração de medidas: distância, área, perímetro e volume • Exportação dos dados para desenho

	<ul style="list-style-type: none"> Gernando uma planta no software QGIS
Instrucional	- 01 Engenheiro Civil e 01 Técnico Agrimensura para dar o treinamento e o material didático impresso e em meio digital a serem usados pelos alunos no treinamento.
Ambiente	Disponibilização do software de Processamento de Imagens a ser utilizado, que será o Agisoft Metashape (15 a 30 dias gratuitos).
Local de realização do curso	CENSIPAM, no Centro Regional de Belém - PA.
Acesso ao Conteúdo	O material didático individual encontra-se incluso no valor apresentado na proposta (apostila didática e materiais digitais como manuais e guias).
Metodologia	O curso será ministrado presencialmente e será disponibilizado material didático impresso e material complementar em meio digital a serem usados pelos alunos no treinamento. Ao final do curso cada aluno receberá individualmente suporte técnico oferecido pela Contratada durante pelo menos 06 (seis) meses, onde poderá recebê-lo à distância (através de e-mail, whatsapp, webconferencia ou via telefone) ou na própria sede da GEODATA ENGENHARIA.

4.1. A vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2022 e inicia-se com a assinatura do Termo Substitutivo de Contrato, sendo este improrrogável, na forma da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993.

5. PÚBLICO ALVO

5.1. O treinamento destina-se aos servidores relacionados abaixo:

	NOME	CARGO	CPF	ÁREA
1	Carlos Benedito Santana da Silva Soares	ASSESSOR	***.062.022-**	OPERACIONAL
2	Flavio Augusto Altieri dos Santos	ANALISTA C&T	***.269.482-**	OPERACIONAL
3	Paulo José de Oliveira Alves	ASSESSOR	***.247.722-**	OPERACIONAL
4	Thiago de Lima Martarole	ANALISTA C&T	***.279.142-**	OPERACIONAL
5	Paulo Sérgio Melo Silva	ASSESSOR	***.157.582-**	OPERACIONAL
6	Astrea Alves Jordão Cardoso	ASSESSOR	***.947.107-**	OPERACIONAL
7	Mario Jorgio Almeida de Campos Leite	SUPERVISOR	***.949.011-**	OPERACIONAL

6. CRITÉRIO DE CONTROLES E REGISTROS A SEREM ADOTADOS

6.1. O certificado de participação será entregue aos participantes do evento pela empresa Contratada com o aproveitamento mínimo de aprovação de 80% de acordo com a participação nas aulas;

6.2. A Contratada irá disponibilizar a emissão dos certificados aos participantes;

5.3 Caberá a Coordenação de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas encaminhar a Nota de Empenho à empresa contratada, quando essa for emitida.

7. VERIFICAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1. Os resultados serão averiguados mediante:

7.1.1. Análise da ficha de avaliação a ser preenchida pelos participantes; e

7.1.2. Atuação dos participantes em seu respectivo ambiente de trabalho.

8. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

8.1. O curso será realizado pela empresa GEODATA ENGENHARIA EIRELI, CNPJ 05.683.561/0001-56, com valor individual do curso para cada participante será de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) e global de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais), conforme documento anexo (5673928).

8.2. Os critérios que definiram a escolha dessa empresa foram:

8.2.1. A Geodata Engenharia é uma empresa brasileira que atua nas áreas da Geotecnologia e Sensoriamento Remoto nos ramos de comercialização, locação, capacitação, manutenção de equipamentos topográficos e geodésicos (drones, softwares, receptores de GNSS/GPS, estações totais, teodolitos, níveis, etc.), equipamentos de alta tecnologia, além do fornecimento de imagens de satélites com atuação em todo território brasileiro.

8.2.2. Possuem uma equipe especializada nos diversos setores com o diferencial de poder satisfazer e atender a sua necessidade com eficácia. A empresa visa o crescimento dos seus clientes, buscando investir cada vez mais em novas tecnologias e conhecimento.

8.2.3. Com um profundo conhecimento do mercado, somado à capacitação multidisciplinar; visando atender com excelência e qualidade às expectativas de seus clientes. E são reconhecidos por sua atuação ética, transparente e íntegra.

8.2.4. Também com excelentes profissionais trabalhando em conjunto para oferecer: elevado padrão de qualidade; profissionalismo orientado pela ética; comprometimento com os resultados do cliente; confiança nas relações de trabalho; inovação e abertura para mudanças.

8.2.5. Além de desenvolver a estratégia da organização e zelar pelo seu sucesso empresarial, compromete-se com a ética, transparência, independência e excelência técnica dos serviços prestados;

8.2.6. Ainda, por se verificar que o conteúdo programático disponibilizado na ementa do curso possui grande conformidade com as demandas do trabalho executado pela área demandante que solicitou a respectiva capacitação;

8.2.7. Em razão do alto gabarito dos palestrantes que irão ministrar o Curso (5688484):

Gutierrez de Sousa Gomes - Graduação em técnico em Agrimensura pela EEEP Darcy Ribeiro - Janeiro 2019; atribuição para georreferenciamento/CFT; responsável pelo setor de comercialização, capacitação e suporte da Geodata Engenharia; responsável por auxiliar os treinamentos operacionais em equipamentos topográficos, sendo eles: Estação total, GPS Geodésico (GNSS RTK) e drones multirrotor e asa fixa; Auxiliar os treinamentos operacionais em software topográficos, TBC (Trimble Business Center), SPSO (Tools, Topcon Link, Pix4D Mapper; especialista em geotecnologias.

Paulo Henrique de Lavor Neto - Graduação em engenharia civil pela Universidade de Fortaleza - dezembro 2015; habilitado para Georreferenciamento/INCRA; diretor técnico da Geodata engenharia; Auxiliar de avaliações e perícias desde 1996; responsável pela coordenação de equipes na prestação de serviços utilizando estações totais, receptores GPS/GNSS geodésicos e drones para levantamentos topográficos planialtimétricos georreferenciados; tutor em cursos voltados para Geotecnologias: GNSS RTK/RTX, estação total, Drones de Asa Fixa e Multirrotor, além de softwares como: Pix4Dmapper, Agisoft, Metashape, Magnet Tools, QGIS, Global Mapper, etc; especialista em Geotecnologias.

8.3. A Coordenação-Geral de Operações da Diretoria de Produtos manifestou anuência quanto a adequação do conteúdo programático, carga horária e análise da competência técnica, formação e experiência dos instrutores, conforme e-mail (5647360).

8.4. Atribuições regimentais conforme Portaria Normativa nº 12, de 14 de fevereiro de 2019, publicada no DOU nº 39, de 25/02/2019, que aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, a seguir:

Servidor	Cargo/função	Atribuições da Coordenação-Geral de Operações (CGOPE)
Carlos Benedito Santana da Silva Soares	Assessor	I - coordenar e executar as atividades de produção meteorológica, clima territorial, conforme orientação da CGOPE; II - coordenar as atividades de gestão e divulgação dos produtos e serviços; III - executar a gestão e controle de usabilidade dos terminais de comunicações; IV - executar o tratamento, análise e interpretação de dados de sensoriação de terra, ótico e radar, orbital e aéreo; V - executar o tratamento, análise, interpretação e distribuição de dados temáticos, ambientais e territoriais;
Flavio Augusto Altieri dos Santos	Analista em Ciência e Tecnologia	VI - executar o tratamento, análise e interpretação de dados ambientais e de parcerias e pelo NUOBT;
Paulo José de Oliveira Alves	Assessor	VII - executar o tratamento, análise, interpretação de dados meteorológicos;
Thiago de Lima Martarole	Analista em Ciência e Tecnologia	VIII - subsidiar a CGOPE, via COTER e SETAM, com as necessidades de desenvolvimento, participação em eventos, trabalhos de campo e gestão;
Paulo Sérgio Melo Silva	Assessor	IX - subsidiar o NUOBT com as necessidades de coleta de dados de sensores aerotransportados e satelitais;
Astrea Alves Jordão Cardoso	Assessor	X - compartimentar a análise, interpretação e geração de produtos de inteligência por sensores de superfície, aerotransportados e satelitais e de aplicação em sistemas de defesa;
Mario Jorgio Almeida de Campos Leite	Supervisor	XI - encaminhar para COTER e SETAM projetos básicos, termos de referência preliminares da contratação, no âmbito de sua área de competência; e XII - elaborar relatórios de execução de metas físicas e orçamentárias, na competência, e encaminha-los a CGOPE, via COTER e SETAM

8.5. Determina a Lei nº 8.666/1993, art. 25, II, que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 do mesmo diploma legal, dentre os quais se observa o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

8.6. Com relação à contratação direta fundamentada no art. 25, inc. II, da Lei de Licitações, leciona Marçal Justen Filho que é necessária a presença cumulativa dos três requisitos: serviço técnico profissional especializado, existência de um objeto singular e sujeito titular de notória especialização. Este entendimento está, inclusive, alinhado à Súmula nº 252 do TCU: "A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado".

8.7. Estando presentes na situação em concreto os requisitos da singularidade do objeto e a notória especialização do profissional, será regular a contratação por inexigibilidade, com fundamento no art. 25, II, ainda que existam no mercado diversos profissionais ou empresas detentores de notória especialização. Isso porque, nessa hipótese não se faz necessário que a empresa ou profissional sejam únicos no mercado, mas precisam reunir algumas particularidades, especialidades que os diferenciam dos demais prestadores de serviços. A inexigibilidade decorre não da exclusividade do prestador do serviço, mas sim da sua complexidade e da impossibilidade de comparação objetiva entre os especialistas, daí porque pode a entidade, mediante justificativa fundamentada, optar pelo profissional que melhor atenda à sua necessidade.

8.8. Sob outro viés, mas também reconhecendo a inviabilidade de competição, Antônio Carlos Cintra do Amaral aduz que:

"A Administração não pode realizar licitação para treinamento, porque os profissionais ou empresas são incomparáveis. Não há, portanto, viabilidade de competição. A adoção do tipo de licitação de 'menor preço' conduz, na maioria dos casos, à obtenção de qualidade inadequada. A de 'melhor técnica' e a de 'técnica e preço' são inviáveis, porque não se pode cogitar, no caso, de apresentação de proposta técnica. A proposta técnica seria, a rigor, o programa e a metodologia, de pouca ou nenhuma diferenciação. O êxito do treinamento depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição."

8.9. Ademais, nessa esteira foi o posicionamento externado pelo Tribunal de Contas da União:

"Ou seja, a realidade brasileira hoje vivencia que mesmo nos cursos que já atingiram certa padronização, a atuação do instrutor ainda faz diferença, afetando os bons resultados almejados no treinamento. Esse fato está estreitamente relacionado com as deficiências observadas na elaboração de manuais padronizados de ensino no Brasil. A aplicação da lei deve ser compatível com a realidade em que está inserida, só assim o direito atinge seus fins de assegurar a justiça e a equidade social. Nesse sentido, defendo o posicionamento de que a inexigibilidade de licitação, na atual realidade brasileira, estende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, fato que pode e deve evoluir no ritmo das mudanças que certamente ocorrerão no mercado, com o aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de manuais padronizados de ensino. Essa evolução deve ser acompanhada tanto pelos gestores como pelos órgãos de controle, no âmbito de suas atuações. Assim, desponha, a meu ver, com clareza que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade, é regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador. Destarte, partilho do entendimento esboçado pelo Ministro Carlos Átila no sentido do reconhecimento de que há necessidade de assegurar ao Administrador ampla margem de discricionariedade para escolher e contratar professores ou instrutores. Discricionariedade essa que deve aliar a necessidade administrativa à qualidade perseguida, nunca a simples vontade do administrador. Pois, as contratações devem ser, mais do que nunca, bem lastreadas, pois não haverá como imputar à legislação, a culpa pelo insucesso das ações de treinamento do órgão sob sua responsabilidade."

8.10. Igualmente pertinente às definições e o contorno deste tipo de contratação posto na Decisão nº 439/1998, do Plenário do Tribunal de Contas da União, onde consignou a extrema necessidade e importância do treinamento e aperfeiçoamento de servidores para a excelência do serviço público, e definiu como serviço singular todo aquele que verse sobre treinamento diferenciado em relação ao convencional ou rotineiro do mercado. Sugeriu que seriam singulares aqueles cursos desenvolvidos ou adaptados especificamente para o atendimento das necessidades do contratante ou voltados para as peculiaridades dos prováveis treinandos.

8.11. Na esteira do entendimento fixado pela Corte de Contas, cumpre ressaltar que a Advocacia-Geral da União – AGU expediu orientações normativas, as quais são vinculantes para os órgãos jurídicos da Administração Pública. Dentre as orientações, destaca-se a de nº 18, de 1º de abril de 2009, que assim dispõe:

"Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inc. II, da Lei no 8.666, de 1993, conferencistas para ministrar cursos para treinamento e aperfeiçoamento, ou a inscrição em cursos abertos, desde que caracterizada a singularidade do objeto e verificado tratar-se de notório especialista."

8.12. Vislumbra-se, portanto, o atendimento aos requisitos necessários à contratação direta por inexigibilidade com fundamento no art. 25, II, da Lei nº 8.666/1993:

8.12.1. Primeiramente, trata-se de serviço técnico especializado, dentre os mencionados no art. 13 da referida lei (treinamento e aperfeiçoamento de pessoal);

8.12.2. Em segundo lugar, as próprias características da capacitação, tais como carga-horária, conteúdo programático específico, complexidade do assunto, material de apoio oferecido, metodologia empregada no treinamento, instrutores, data de realização e disponibilidade de tempo do pessoal da administração para a participação no dia previsto para o curso, tudo isso acaba por configurar a natureza singular do objeto;

8.12.3. Dessa forma ensina o Professor Jacoby: "É também inexigível a licitação para a matrícula de servidor em curso oferecido por instituição privada de treinamento, porque esses eventos são realizados em períodos determinados, mostrando-se inviável a competição". Neste caso, a oportunidade é ditada pela própria instituição. O curso é aberto a terceiros, no tempo certo, determinado.

8.13. Ponto também merecedor de menção é o atinente ao valor cobrado pela empresa para a realização deste evento. É necessária a comprovação de que o valor pedido pela contratada encontra-se em consonância com os valores normalmente pedidos pela mesma para serviços similares em outras instituições públicas. Nesse sentido se manifestou o Tribunal de Contas da União, no Acórdão 819/2005 do Plenário:

"Quando contratar a realização de cursos, palestras, apresentações, shows, espetáculos ou eventos similares, demonstre, a título de justificativa de preços, que o fornecedor cobra igual ou similar preço de outros com quem contrata para evento de mesmo porte, ou apresente as devidas justificativas, de forma a atender ao inc. III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/1993."

8.14. No caso de contratação de curso por inexigibilidade de licitação, não se exige a coleta de preços entre vários possíveis executantes, uma vez que esse critério é inviável, já que os serviços de capacitação são subjetivos, sendo que cada empresa e profissional tem o seu preço para os serviços desempenhados. A questão é saber quanto determinada empresa cobra pelos seus trabalhos, do mesmo objeto, no mercado. Essa diligência poderá ser realizada, por exemplo, através da verificação de contratos iguais ou semelhantes firmados pela empresa com outras instituições. Por conta disso, é necessário que determinado órgão interessado comprove a consulta referida, em conformidade com a jurisprudência sobre o tema. Nesse sentido, veja-se o posicionamento do TCU:

"No caso específico do treinamento de Servidores, acreditamos que o contratante deva certificar-se de que o preço seja compatível com o de outros contratos firmados no âmbito do próprio Órgão e da Administração em Geral, permitida a graduação em função da excelência do notório especialista contratado (TCU- Decisão nº 439/98)."

8.15. A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação pode ser aferida por meio da proposta apresentada com o preço a ser praticado pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, Orientação normativa AGU nº 17, de 2009. Conforme destacado na proposta técnica da empresa para cada inscrição na modalidade presencial o valor é de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), totalizando R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais), demonstrando assim sua publicidade e veracidade.

8.16. Para comprovação da razoabilidade do preço praticado pela empresa, e visando verificar contratos iguais ou semelhantes firmados pela empresa com outras instituições, faz-se juntar Nota de Empenho e notas fiscais emitidas em favor da empresa a ser contratada (5673928).

8.17. Relevante registrar que em 09 de agosto de 2018 foi publicado a Orientação Normativa nº 6/DEADI/SEORI/SG/MD que em seu capítulo IV determina a realização de pesquisa de preço no tocante a capacitação no seguinte sentido:

Art. 12. Nas demais hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação previstas nos incisos III a XXXIV do art. 24 e no art. 25, da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser observados os seguintes aspectos, no que toca ao preço:
I - os respectivos processos deverão conter obrigatoriamente, dentre outros elementos, a justificativa do preço a ser contratado, de acordo com previsão expressa no inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993;
II - nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, previstas no art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993, a justificativa do preço deverá amparar-se, quando possível, na comparação entre o preço inscrito na proposta atual da empresa/do profissional e o preço por esta/este praticado em contratações anteriores, seja com a Administração Pública ou com particulares, desde que envolvam o mesmo objeto ou outro similar.
Parágrafo único. Nos casos de contratações de serviços técnicos especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, a decisão de escolha da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas da Gerência de Gestão de Pessoas deverá recair sobre a empresa que melhor atender às necessidades desta administração central, sem prejuízo da observância aos incisos I e II do *caput* deste artigo.

8.18. Sendo assim, com as informações apresentadas ficou demonstrado que, uma vez preenchidos os requisitos acima, não há possibilidade de contratação do evento com as mesmas características em Escolas de Governo - vide Catálogo de cursos (5673990), sendo possível à Administração realizar a contratação de empresa especializada em capacitação por intermédio de inexigibilidade de licitação, eis que os profissionais ou empresas são incomparáveis, inviabilizando a competição.

9. DADOS BANCÁRIOS

A empresa encaminhou os dados bancários para a realização do pagamento:

Banco Santander (033)

(Agência: Aldeota / Agência: 4389 / Conta Corrente: 13000953-5)

10. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Razão Social	GEODATA ENGENHARIA EIRELI
CNPJ	CNPJ 05.683.561/0001-56
Endereço da sede da empresa	Av. Desembargador Moreira, 2.020, sala 1105, Bairro Aldeota, Fortaleza-CE. CEP: 60.170-002

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Responsabiliza-se pelo pagamento dos facilitadores e o fornecimento de material didático e de apoio para o aluno;

- 11.2. Responsabiliza-se pelos equipamentos necessários para realização dos cursos;
- 11.3. Assumir inteira responsabilidade pela execução do serviço contratado, não podendo transferi-lo a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Contratante;
- 11.4. Fornecer os certificados às participantes que cumprirem 100% de presença nas aulas e atividades;
- 11.5. Zelar pela perfeita execução do serviço, objeto do Projeto Básico;
- 11.6. Realizar os treinamentos com a máxima qualidade, primando pela pontualidade do instrutor, boa didática, apresentação de aulas dinâmicas e participativas;
- 11.7. Comunicar com 7 (sete) dias de antecedência do início dos cursos, o cancelamento ou adiamento dos mesmos; e
- 11.8. Manter durante a execução do serviço, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. Responsabiliza-se pelas inscrições dos participantes;
- 12.2. Exercer a fiscalização do serviço;
- 12.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 12.4. Encaminhar a nota de empenho a Contratada, quando essa for emitida; e
- 12.5. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1. Ademais conforme e-mail (5659398) a Coordenação de Orçamento e Finanças informa que existe disponibilidade orçamentária conforme a seguir:

- a. Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional
- b. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia
- c. Fonte: 100
- d. Plano Orçamentário (PO): 0005 - Capacitação de Recursos Humanos
- e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168633
- f. Natureza da Despesa: 33903948 - Serviços de Seleção e Treinamento
- g. Código do Sistema PTA/2022: 049/22 – Capacitação

14. PAGAMENTO

- 14.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, uma vez que os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993.
- 14.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico;
- 14.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
 - 14.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 14.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 14.4.1. o prazo de validade;
 - 14.4.2. a data da emissão;
 - 14.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 14.4.4. o período de prestação dos serviços;
 - 14.4.5. o valor a pagar; e
 - 14.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 14.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 14.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 - 14.6.1. não produziu os resultados acordados;
 - 14.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.
- 14.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 14.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 14.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 14.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
 - 15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 15.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
 - 15.1.5. cometer fraude fiscal.

- 15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 15.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 15.2.2. **Multa de:** 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior 15 (quinze) dias, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 15.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 15.3. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 15.4. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 15.5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 15.5.1. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 15.5.2. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 15.5.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Projeto Básico.
- 15.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 15.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 15.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 15.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 15.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.11.1. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 15.11.2. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 15.11.3. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
16. **ELEMENTOS CONSTITUTIVOS**
- 16.1. Encontram-se anexos ao Processo, os seguintes documentos:
- 16.1.1. Folder de Oferta da Geodata Engenharia EIRELI (5688484);
- 16.1.2. Atestado de Capacidade Técnica (5673928);
- 16.1.3. E-mail com indicação de servidores (5647360);
- 16.1.4. Declaração de que não emprega menores (5673928);
- 16.1.5. Termos de Compromisso Individual (5688894, 5688954, 5689346, 5689360, 5690254, 5690316 e 5690320);
- 16.1.6. Contrato Social, procurações e RG (5673928)
- 16.1.7. Nota de empenho e Notas Fiscais encaminhadas pela empresa (5673928)
- 16.2. Diante do exposto, sugiro que a presente contratação seja amparada pelo inciso II, do artigo 25, combinado com o inciso VI, do artigo 13 da Lei 8.666/93, a saber:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição em especial:

[...]

II. Para contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicação e divulgação;

[...]

Art. 13. Para fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

[...]

VI. Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

- 16.3. Quanto à necessidade de se cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF, a empresa Geodata Engenharia EIRELI encaminhou declaração onde atesta não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de dezesesseis anos, de acordo com o disposto no

inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto 4.358/2002. (5673928).

16.4. Em virtude dos princípios da economicidade e eficiência, a contratação direta com valor inferior ao limite previsto nos incisos I e II da Lei nº 8.666/93 não exige a publicação do ato de dispensa ou inexigibilidade, segundo a Orientação Normativa AGU nº 34, de 13/12/2011. E, não menos importante, não será obrigatória a manifestação jurídica nas contratações fundadas no art. 25 da Lei nº 8.666/93, desde que seus valores subsumam-se aos limites previstos nos incisos I e II da Lei de Licitações, de acordo com a Orientação Normativa AGU nº 46, de 26/02/2014.

Elaborado por:

FABIANA NETTO GUERRA CAIXETA
Assessora
Integrante Técnico (5673970)

THIAGO DA SILVA CARNEIRO
Assessor
Integrante Administrativo (5673970)

Ciente e de acordo. Submeto o assunto à consideração do Senhor Diretor de Administração e Finanças, solicitando autorização para proceder à contratação pretendida.

IVO BARBOSA LEITE
Coordenador de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas
Integrante Requisitante (5673970)

Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, em conformidade com o art. 7º, §2º, incisos II e III, da Lei nº 8.666, de 1993.

EDUARDO SHIGERU MITANI
Coordenador-Geral de Aquisições e Finanças
Ordenador de Despesas

Aprovo o presente Projeto Básico, de acordo com o artigo 7º, §2º, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993. Encaminhe-se à Coordenação de Licitações e Contratos para providências decorrentes.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN
Diretor de Administração e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Netto Guerra Caixeta, Servidor(a) Público(a)**, em 06/10/2022, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Ivo Barbosa Leite, Coordenador(a)**, em 06/10/2022, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago da Silva Carneiro, Servidor(a) Público(a)**, em 11/10/2022, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Ordenador de Despesas**, em 18/11/2022, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nathan Marinho Goldstein, Diretor(a)**, em 18/11/2022, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **5686954** e o código CRC **A7FFA59C**.